

66- PLEBISCITO PARA ATIVOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS

Claro, aqui está um resumo da minuta da PEC proposta:

Resumo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

A PEC tem como objetivo principal **consagrar a água como um direito humano fundamental e um bem público**, além de estabelecer **mecanismos de consulta popular** para a venda ou concessão de ativos estratégicos do país.

Principais Alterações Propostas:

1. **Água como Direito Fundamental (Art. 1º):** Inclui a água no Artigo 5º da Constituição, definindo-a como um bem público, essencial à vida e com direito de acesso garantido a todos.
2. **Competência da União e Vedação à Privatização (Art. 2º):** Dá à União a competência para gerir os recursos hídricos, **proibindo expressamente sua privatização**. Estabelece prioridade para o consumo humano e veta a interrupção do fornecimento por falta de pagamento.
3. **Consulta Popular Obrigatória (Art. 3º):** Determina que qualquer processo de privatização ou concessão de ativos estratégicos (como água, energia, petróleo, portos, etc.) só pode ocorrer após a **realização de um plebiscito nacional**, autorizado pelo Congresso.
4. **Conselho de Controle Social (Art. 4º):** Cria o Conselho Nacional de Defesa do Patrimônio Estratégico (CNDPE), um órgão com participação majoritária da sociedade civil para fiscalizar e emitir pareceres sobre os processos que envolvam esses ativos.
5. **Iniciativa Popular de Plebiscito (Art. 5º):** Permite que a população, através da coleta de assinaturas, solicite diretamente a realização de um plebiscito sobre esses temas, sem depender da iniciativa do Congresso.

Objetivo Central: A PEC busca transformar a água em um direito fundamental indisponível e criar instrumentos democráticos para proteger este e outros patrimônios estratégicos da Nação, dando à população o poder de decisão final sobre sua alienação.